

AUTOR: FELIPE CAVALIERE TAVARES

**DE LUCIEN FEBVRE A JACQUES LE GOFF: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA
DOS ANNALES PARA A HISTÓRIA DO DIREITO**

**FROM LUCIEN FEBVRE TO JACQUES LE GOFF: THE IMPORTANCE OF THE
ANNALES SCHOOL FOR THE HISTORY OF LAW**

RESUMO

O artigo tem por objetivo destacar a importância da abordagem teórico-metodológica para a história do direito. Neste sentido, fez-se uma análise sobre o surgimento da Escola dos Annales e suas consequências para a metodologia da história, para o desenvolvimento da pesquisa histórica e, mais especificamente, para a historiografia jurídica. Assim, este artigo pretende fazer uma breve análise deste movimento, enfatizando suas três diferentes fases e as principais características teóricas de cada uma delas. Ao final, o artigo reafirma a obrigatória conexão entre os *Annales* e a História do Direito, como forma ideal de se dimensionar a importância de nossa disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: História do Direito; Metodologia da História; Escola dos Annales

ABSTRACT

The article aims to highlight the importance of the theoretical and methodological approach to the history of law. In this sense, it was an analysis of the emergence of the Annales school and its consequences for the methodology of history, for the development of historical research and, more specifically, for legal historiography. Thus, this article aims to analyze this movement, emphasizing its three different stages and the main theoretical characteristics of each. At the end, the article reaffirms the obligatory connection between the Annales and the History of Law, as a ideal way to measure the importance of our discipline.

KEYWORDS: History of Law; Methodology of History; Annales School

INTRODUÇÃO

Quando se faz uma análise criteriosa de alguns dos principais livros brasileiros de História do Direito, uma constatação se torna evidente: em sua grande maioria, os autores ignoram a necessidade de apresentar, ao aluno que inicia seus estudos na área histórica, uma fundamentação teórica da disciplina. Após uma breve definição quanto ao que seja a História do Direito, passa-se ao estudo das principais legislações do mundo antigo, como por exemplo o Código de Hammurabi, o Pentateuco ou o Código de Manu. Segue-se depois uma ordem cronológica, onde grandes saltos históricos são feitos, com o intuito de apresentar ao aluno o desenvolvimento histórico do Direito na Idade Média e na Idade Moderna, sempre com ênfase na análise da legislação correspondente. O aluno, por sua vez, recebe esse manancial de informações sem saber exatamente o que fazer com ele. E acaba por enxergar essa análise histórica como uma simples curiosidade, quase sempre acompanhada por uma desagradável ridicularização de determinadas características jurídicas de povos do passado, como se a aula de História do Direito fosse apenas uma descrição inútil de fatos folclóricos de épocas já distantes. A ausência de uma abordagem teórica traz consequências bastante prejudiciais ao desenvolvimento da disciplina, pois traz no seu bojo duas possibilidades: ou o aluno não consegue compreender a verdadeira importância do estudo histórico ou, o que é ainda mais danoso, apreende conceitos equivocados quanto ao que seja estudar história.

Neste sentido, uma abordagem teórico-metodológica sobre a história do direito deve conter, obrigatoriamente, uma análise sobre a importância da Escola dos *Annales* para o desenvolvimento da pesquisa histórica e, conseqüentemente, para a própria historiografia jurídica. Assim, este artigo pretende fazer uma breve análise deste movimento, enfatizando suas três diferentes fases e as principais características teóricas de cada uma delas. Ao final, o artigo reafirma a obrigatória conexão entre os *Annales* e a História do Direito, como forma ideal de se dimensionar a importância de nossa disciplina.

1. O PERÍODO ANTERIOR AOS ANNALES

Para que se possa dimensionar a profundidade das mudanças trazidas pela Escola dos *Annales*, é crucial entender que espécie de historiografia estava sofrendo esse processo de transformação. De um modo geral, antes do movimento dos *Annales*, o estudo da história era, sobretudo, o estudo da história política e dos acontecimentos militares. Neste campo, devem ser destacados os nomes de Leopold Von Ranke, Charles Langlois e Charles Seignobos, que estabeleceram os ideais de uma historiografia que enfatizava a necessidade de fontes sólidas e que valorizava os eventos políticos. (BURKE, 1997, p. 18). Esta historiografia, que pode ser chamada de tradicional, rankeana ou positivista (FONSECA, 2012, p.54), será predominante durante as últimas décadas do século XIX e o início do século XX, tendo como principal característica a aplicação de alguns pressupostos positivistas na atividade do historiador, com o intuito de formar uma verdadeira Ciência da História. Entre esses pressupostos, destaca-se a exigência de que o historiador fosse neutro e imparcial na realização de sua investigação, sob pena de prejudicar o caráter científico da pesquisa. A investigação, assim, deve ser sempre objetiva, incumbindo ao historiador apenas registrar, de forma o mais fidedigna possível, os fatos do passado, de forma passiva e mecânica, evitando qualquer tipo de julgamento valorativo. Para esta historiografia positivista, portanto, os fatos devem se sobrepor aos valores, como única forma do historiador alcançar a verdade histórica. François Dosse (2003, p. 58) resume de maneira concisa os objetivos dessa historiografia, ao afirmar que ela “... pretende fundar uma ‘ciência positiva’ para escapar ao subjetivismo. O historiador deve submeter as fontes ao aparelho crítico, para estabelecer a veracidade dos fatos relatados, e ao mesmo tempo permanecer bem fechado a toda teoria filosófica”¹. José Carlos Reis (1994, p. 34), por sua vez, faz interessante comparação entre essa historiografia positivista e a organização de um museu:

O objetivo dos historiadores positivistas talvez pudesse ser comparado ao da organização de um museu, embora o conceito de museu não seja tão simples. Entretanto, em um museu, as coisas do passado são resgatadas, recuperadas, reconstituídas e expostas à visitação pública, com uma ficha do lado contendo os seus dados. O observador tem diante de si, fora de si, coisas que falam por si. Assim o historiador metódico: através dos documentos, ele quer reconstituir tal como se passou o fato do passado. Uma vez reconstituído, este fato torna-se uma ‘coisa aí, que fala por si’. Ao historiador não competiria o trabalho da problematização, da construção de hipóteses, da reabertura do passado e da releitura e reexame de seus processos.

¹ Dosse, registre-se, não concordava com a denominação de positivista para essa historiografia, preferindo chamá-la de escola metódica. Cf. DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: EDUSC, 2003.

É evidente – e isto sempre deve ser lembrado – que a historiografia positivista proporcionou um grande avanço à época, principalmente na valorização da História como um importante ramo do saber e ainda na profissionalização do ofício do historiador. “Com Ranke, afinal de contas, inaugura-se, num certo sentido, aquilo que podemos chamar de ‘historiografia profissional’ moderna”. (FONSECA, 2012, p.55). Contudo, esta historiografia centralizada nos fatos e na neutralidade axiológica traz consigo uma série de problemas, sendo que o principal deles talvez seja a utilização da história como elemento de legitimação do tempo presente. Isto ocorre quando se entende que existe uma linearidade na história, onde o passado é nada mais do que uma simples preparação para o presente. Trata-se aqui da concepção evolucionista da história, que conduz, necessariamente, ao conceito de que o presente, inevitavelmente, representa o progresso. Antônio Manuel Hespanha (2009, p.29) sintetiza de forma magistral:

Esta teoria do progresso linear resulta frequentemente de o observador ler o passado desde a perspectiva daquilo que acabou por acontecer. Deste ponto de vista, é sempre possível encontrar prenúncios e antecipações para o que se veio a verificar. Mas normalmente perde-se de vista tanto todas as outras virtualidades de desenvolvimento, bem como as perdas originadas pela evolução que se veio a verificar. Por exemplo, a perspectiva de evolução tecnológica e de sentido individualista que marca as sociedades contemporâneas ocidentais tende a valorizar a história do progresso científico-técnico da cultura europeia, bem como as aquisições político-sociais no sentido da libertação do indivíduo. Deste ponto de vista, a evolução da cultura europeia deixa ler-se como uma epopeia de progresso e a sua história pode converter-se numa celebração disto mesmo.

O próprio Hespanha (2009, p.28) afirma que essa concepção evolucionista, quando aplicada ao direito, legitima o atual modelo de organização política e jurídica do mundo ocidental, uma vez que este representaria o ápice do desenvolvimento do direito ao longo da história:

Partamos de um modelo histórico evolucionista. Ou seja, de um modelo que conceba a história como uma acumulação progressiva de conhecimento, de sabedoria, de sensibilidade. Nesta perspectiva, também o direito teria tido a sua fase juvenil de rudeza. Contudo, o progresso da sabedoria humana ou as descobertas de gerações sucessivas de grandes juristas teriam feito progredir o direito, progressivamente, para o estado em que hoje se encontra; estado que, nessa perspectiva da história, representaria um apogeu. Nesta história progressiva, o elemento legitimador é o contraste entre o direito histórico, rude e imperfeito, e o direito de nossos dias, produto de um imenso trabalho agregativo de aperfeiçoamento, levado a cabo por uma cadeia de juristas memoráveis.

A partir de 1900, contudo, essa historiografia positivista torna-se alvo de duras críticas, à medida que a História se aproxima das novas ciências sociais, dando origem à famosa *Nouvelle Histoire*, ou seja, a Nova História, uma história sob a influência das ciências sociais. (REIS, 1994, p.9). Esta influência das ciências sociais trará consequências imediatas para a História, tanto no campo do objeto da pesquisa, como no campo das técnicas e métodos utilizados. No primeiro caso, a política deixará de ser o objeto principal da historiografia, sendo substituída por estas novas ciências sociais, como a psicanálise, a linguística e, sobretudo, a economia e a sociologia durkheimiana (DOSSE, 2003, p.40). De fato, Émile Durkheim, talvez o grande nome dessa sociologia nascente, será um dos responsáveis pelas mudanças de rumo da história. Era um grande crítico da história política, afirmando que esta seria apenas uma manifestação superficial da realidade (BURKE, 1997, p.20). No segundo caso, haverá uma grande mudança na técnica de pesquisa, uma vez que a historiografia tradicional valorizava apenas a busca por documentos oficiais, que retratassem a vida política de uma determinada época. Nesse caso, as principais fontes eram cartas reais, ofícios, editais e atas. Uma vez que a política deixa de ser o principal objeto da pesquisa historiográfica, surge daí a busca por um outro tipo de fonte, que representasse o campo econômico-social. “A documentação massiva e involuntária torna-se prioritária em relação aos documentos voluntários e oficiais. Os documentos são arqueológicos, pictográficos, iconográficos, fotográficos, cinematográficos, numéricos, orais, enfim, de todo tipo”. (REIS, 1994, p.19).

No entanto, a mais profunda mudança causada pela aproximação com as ciências sociais é a recusa de uma explicação teleológica para a história, ou seja, a recusa de uma linha histórica e linear e uniforme em direção ao progresso. A *Nouvelle Histoire* defende que a história não é linear e contínua, mas sim plural e descontínua, com diferentes rupturas e assimetrias. Assim, o presente não é o apogeu do passado, como afirmava a historiografia positivista, mas apenas outro período, nem superior, nem inferior ao passado. Cada um com suas próprias singularidades. A relação estabelecida entre eles não deve ser aquela de apropriação do passado pelo presente, de acordo com a perspectiva tradicional, mas sim de um diálogo entre diferentes, em uma relação de conhecimento recíproco. Assim, o já referido modelo da história-museu, defendido pela escola positivista, é substituído pelo modelo da história-problema, onde o passado é problematizado, e não meramente recuperado e catalogado. Aqui, o historiador não atua de forma passiva e mecânica, mas participa direta e ativamente de todo o processo:

...os acontecimentos históricos não estão aí, independentes do olhar do historiador, disponíveis para serem descritos. Pelo contrário, eles são criados pelo trabalho do historiador, o qual selecciona a perspectiva, constrói objectos que não têm uma existência empírica (como curvas de natalidade, tradições literárias, sensibilidades ou mentalidades) ou cria esquemas mentais para organizar os eventos, como quando usa os conceitos de ‘causalidade’, de ‘genealogia’, de ‘influência’, de ‘efeito de retorno’ (feedback). (HESPANHA, 2009, p.34).

Eric Hobsbawm (2010, p.75) resume, em três linhas, a influência das ciências sociais na história, ao afirmar que “... a história se afastou da descrição e da narrativa e se voltou para a análise e a explicação; da ênfase no singular e individual para o estabelecimento de regularidades e a generalização. De certo modo, a abordagem tradicional foi virada de cabeça para baixo”.

Esta nova forma de se pensar a história precisava se livrar das amarras da antiga historiografia tradicional e positivista e a publicação de novas revistas acadêmicas foi fundamental para que isso fosse possível. Entre essas revistas, podem ser destacadas a *L'Année sociologique*, de origem durkheimiana e os *Annales de Géographie*, de Paul Vidal de la Bache, um geógrafo interessado em aproximar a sua ciência da história e da sociologia, e que terá influência marcante na formação da própria *Nouvelle Histoire*. Mas de acordo com François Dosse (2003, p.68), um dos momentos mais significativos para a ruptura com a historiografia tradicional é o lançamento, por Henri Berr, da *Revue de Synthèse Historique*, que “... combate o fetichismo do fato e o reducionismo da escola metódica. Henri Berr preconiza a história-síntese, a história global que levaria em consideração todas as dimensões da realidade, dos aspectos econômicos às mentalidades, em uma perspectiva científica”. É nesta revista que o economista François Simiand vai publicar um famoso artigo onde ataca aquilo que ele considera “os três ídolos da tribo dos historiadores”: o ídolo político, que representa a obsessão do historiador com a história política; o ídolo individual, que representa a ênfase excessiva nos grandes reis e militares e o ídolo cronológico, que representa o hábito de alguns historiadores de perderem-se no estudo das origens (BURKE, 1997, p.21). Em 15 de janeiro de 1929 será lançada uma nova revista, cujo primeiro número trazia uma mensagem dos editores, onde estes enfatizavam a necessidade de intercâmbio entre a história e as diversas ciências sociais². Não sem razão, portanto, o comitê editorial desta nova revista

² E a revista, já em seus primeiros anos, vai colocar em prática os ideais dessa Nova História, dedicando a quase totalidade dos artigos para assuntos ligados à economia, cultura e sociedade. Nesta primeira fase da Escola dos *Annales*, de 1929 a 1945, o assunto predominante ainda será a economia, com mais de

incluía, além de historiadores, um geógrafo, um sociólogo, um economista e um cientista político (BURKE, 1997, p.33). Originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale*³, esta revista foi o ponto de partida para a criação da Escola dos *Annales*⁴.

2. LUCIEN FEBVRE E MARC BLOCH: A CRIAÇÃO DA ESCOLA DOS ANNALES

A Escola dos *Annales*, ou simplesmente a escola francesa de historiografia possui uma característica peculiar: seus membros, muitas vezes, negaram a sua existência, por considerarem que as diferenças individuais entre seus colaboradores impediam qualquer doutrina comum, que pudesse fundar uma Escola única de pensamento. Peter Burke (1997, p.12), por exemplo, entende que “... talvez seja preferível falar num movimento dos *Annales*, não numa ‘escola’”. De qualquer forma, este movimento pode ser dividido em três diferentes períodos: o primeiro deles, de 1920 a 1945, corresponde à fundação da Escola. Neste período, o movimento caracteriza-se “... por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos”. (BURKE, 1997, p.12). Durante esta fase, o movimento tem como núcleo central os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. A segunda fase, liderada por Fernand Braudel, é aquela onde os ideais defendidos pela Escola se consolidam, tornando-se referência conceitual e estabelecendo novos métodos de pesquisa. Esta fase vai de 1945 até 1968. Já a terceira fase é aquela onde ocorre um processo de fragmentação dos ideais defendidos pelo movimento. Seus principais expoentes são Georges Duby e Jacques Le Goff. O movimento dos *Annales* terá o seu início na Universidade de Estrasburgo, onde Lucien Febvre e Marc Bloch foram professores, respectivamente, de História Moderna e História Medieval, tornando-se, a partir deste encontro, grandes amigos, ainda que com personalidades bem diferentes. Bloch, mais

cinquenta por cento dos artigos. Mas ao longo do tempo, haverá um equilíbrio entre estes três temas. O que deve ser destacado, contudo, é que o rompimento com a história política será total, desde o início. Os artigos destinados a esse assunto nunca ultrapassaram a marca de cinco por cento do total. Cf. DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos *Annales* à Nova História. Op. cit. p. 81.

³ A revista teve, ao todo, quatro títulos: *Annales d'histoire, économique et sociale* (1929-1939); *Annales d'histoire sociale* (1939-1942,45); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-1944); *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946-). Cf. BURKE, Peter. **A escola dos Annales**: A revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997, p.11.

⁴ O grupo dos *Annales*, apesar de ter sido aquele mais organizado e combativo, não foi o único a protestar contra a história tradicional. Outros autores também lutaram por uma história que não estivesse restrita aos acontecimentos políticos, como por exemplo o alemão Norbert Elias. Cf. ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J.(org.). A história nova. 5ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.207.

erudito, de poucas palavras, enquanto Febvre caracterizava-se por ser um grande orador, de forte temperamento. (DOSSE, 2003, p.74). De toda forma, os dois estabelecem uma forte parceria, e fundam a revista que dará origem ao movimento. Apesar do excepcional trabalho em conjunto, é importante compreender a contribuição individual de cada um deles para o surgimento da Escola.

Marc Bloch foi um grande adepto da sociologia de Durkheim, o que pode ser considerado seu ponto de distinção em relação a Lucien Febvre. De acordo com Peter Burke (1997, p.36), o livro mais durkheimiano de Bloch é *La société féodale*⁵, onde o caráter sociológico do pensamento de Bloch está bem transparente⁶. Talvez até demais, “...sendo excessivamente sociológico para o gosto de Lucien Febvre, que critica Bloch por negligenciar a análise dos indivíduos de maneira mais detalhada. (BURKE, 1997, p.37). De qualquer modo, para Bloch, o ponto fundamental para se começar a pensar na história era a sociedade, e não o indivíduo. Essa valorização da estrutura social era coerente com um dos dogmas da Nova História, qual seja, aquele que nega importância aos eventos políticos e militares, privilegiando o aspecto econômico, o social e o mental. Assim:

... um livro sobre a sociedade feudal pode definir-se como um esforço para responder a uma pergunta posta pelo seu próprio título: quais foram as singularidades que mereceram a este fragmento do passado ter sido destacado dos seus vizinhos? Por outras palavras, o que nos propomos tentar aqui é a análise e a explicação de uma estrutura social, com as suas conexões. Tal método, a afirmar-se fecundo pela experiência, poderá ser empregado noutros campos de estudo, limitados por fronteiras diferentes, e espero que a novidade deste empreendimento fará perdoar os seus erros de execução. (BLOCH, 2001b, p.14)

Outra característica significativa do pensamento de Marc Bloch é a crítica à concepção passiva do historiador, defendida pela escola positivista. Ele afirma que a história deveria utilizar-se de outras fontes, outros objetos, não se limitando aos documentos escritos. Esta passividade do historiador é assim criticada por Bloch (2001a, p.79): “...toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção. No

⁵ Existe uma tradução para o português da obra, sob os cuidados de Liz Silva. cf. BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. 2ª ed. Tradução de Liz Silva. Lisboa: Edições 70, 2001.

⁶ Como afirma Jacques Le Goff, prefaciando um dos mais importantes livros de Bloch, apesar da influência de Durkheim, Bloch sempre resistiu aos encantos da sociologia. Aceitava o diálogo com as ciências sociais, mas nunca se esqueceu de era historiador. Para Bloch, a renovação da história pelo contato com as ciências sociais era importante, mas o historiador sempre deveria estar atento para evitar que a história se perdesse dentro da sociologia. Cf. BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Prefácio de Jacques Le Goff. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.22.

princípio, é o espírito. Nunca a observação passiva gerou algo de fecundo. Supondo, aliás, que ela seja possível”. Bloch também abordou a necessidade de que o historiador não fosse um simples catalogador de fatos históricos (2001a, p.95): “... à medida que a história foi levada a fazer dos testemunhos involuntários um uso cada vez mais frequente, ela deixou de se limitar a ponderar as afirmações (explícitas) dos documentos. Foi-lhe necessário também extorquir as informações que eles não tencionavam fornecer”. Ou como bem disse Marc Ferro (1989, p.124), membro da terceira geração dos *Annales*: “Primeiro, conservar, em seguida, tornar inteligível: é a dupla função do historiador”. Bloch, entretanto, é taxativo em afirmar que essa luta contra a passividade do historiador não representa o fim da sua imparcialidade. Comparando o seu ofício com o ofício de um juiz, Bloch diz que ambos pretendem ser imparciais, mas que o juiz, ao prolatar uma sentença, afasta essa imparcialidade, pois implica em considerar um indivíduo culpado de algo. Para Bloch, a tarefa do historiador não seria julgar os fatos históricos, mas sim compreendê-los. O que não seria, de modo algum, uma atitude de passividade. O historiador observa, analisa, organiza racionalmente, relaciona fenômenos sociais. Paul Ricoeur (1968, p.25) destaca que o fato do historiador não entrar em contato direto com o seu objeto, mas apenas com seus vestígios não retira da história a sua cientificidade:

Devemos ser gratos a Marc Bloch por ter chamado ‘observação’ a redescoberta do passado pelo historiador: retomando a expressão de Simiand, que chamava a história um ‘conhecimento pelos vestígios’, mostra ele que essa aparente servidão do historiador de não se achar jamais em face de seu objeto passado, mas diante do respectivo vestígio, de modo algum desqualifica a história como ciência. A apreensão do passado por seus vestígios documentais é uma observação no sentido pleno da palavra; pois observar não significa nunca registrar um fato bruto. Reconstituir um acontecimento, ou antes uma série de acontecimentos, ou uma situação, ou uma instituição, com base nos documentos, é elaborar uma conduta de objetividade de tipo próprio, mas irrecusável.

Se a sólida influência da sociologia é a marca distintiva de Marc Bloch, a psicologia histórica será o fio condutor do pensamento de Lucien Febvre. Sobre esta influência, François Dosse (2003, p.89) afirma que “...quando Lucien Febvre lança as bases da psicologia histórica, utiliza os trabalhos dos psicólogos Henri Wallon ou Jean Piaget, e apresenta, então, ao historiador nova perspectiva: a do estudo da sensibilidade, da vida afetiva na história ...”. É certo que Marc Bloch também se interessou pelo estudo das mentalidades coletivas (e sua grande obra *‘Les Rois Thaumaturges’* é certamente uma prova disso), mas o fez de uma forma diferente. Febvre foi muito mais incisivo neste tema, pois em sua perspectiva, “... parece ser a

ordem mental, psicológica, intelectual que centralizaria todos os outros aspectos de uma sociedade”. (REIS, 1994, p.39). Em um curso proferido no *Collège de France*, durante os anos de 1944 e 1945, sobre a origem da civilização da Europa, ele reafirma a importância da história psicológica para a compreensão deste processo de formação da civilização europeia. Neste sentido, mais importante do que a organização política, foi a organização cultural, foi o sentimento de pertencimento a uma cultura específica. Assim, diz Febvre (2004, p.319) que: “Em suma, é uma história psicológica. As realidades históricas ou políticas certamente contam. Elas são primordiais. Sim, se quiserem. Mas elas desmoronam rapidamente quando não são fortemente sustentadas por outras realidades, as realidades psicológicas e morais”.

Outras influências marcantes na obra de Febvre são a geografia de Vidal de la Blache, a linguística de Antoine Meillet e a historiografia de Michelet. A questão da geografia histórica, que seria depois desenvolvida por Braudel, foi uma importante característica da Escola dos *Annales*, e Febvre merece o crédito por ter iniciado este caminho. Outro aspecto marcante da vida de Febvre é a agressividade com a qual ele atacou a historiografia positivista e defendeu os novos ideais ventilados por ele e Marc Bloch. Um de seus principais livros, ‘*Combats pour l’histoire*’, é um grande material para o estudo desses ideais, e o seu nome já é um grande indicativo do caráter combativo deste brilhante historiador (FEBVRE, 1989, p.7): “... o título que escolhi lembrará o que sempre houve de militante na minha vida. Os meus combates, certamente que não: nunca me bati nem por mim, nem contra este ou aquele, como pessoa. Combates pela História, sim. Foi bem por ela que lutei toda a minha vida”. De fato, os grandes pontos defendidos pela Escola dos *Annales* estão presentes neste livro. Por exemplo, a substituição da história-relato, típica da historiografia rankeana, pela história-problema. Assim como Bloch, Febvre defende a necessidade de que o historiador compreenda os fatos históricos, mas não de uma forma neutra, asséptica. Assim define Febvre o que seja a compreensão histórica (1989, p.81):

Compreender? Podemos compreender extraindo directamente dos livros as ideias políticas dos reformadores, comparando-as observando-as, observando as suas combinações possíveis, as suas contradições subtis, as suas consequências prováveis. Mas não é isso que um historiador chama compreender. Para ele, compreender não é clarificar, simplificar, reduzir a um esquema lógico perfeitamente claro: traçar um desenho elegante e abstracto. Compreender, é complicar. É enriquecer em profundidade. É ampliar gradualmente. É unir à vida.

A suposta obrigatoriedade de que o historiador fosse neutro e imparcial também foi refutada por Febvre, com a agressividade e ironia que lhe eram típicas:

Ouviram os mais velhos repetir bastantes vezes: ‘o historiador não tem o direito de escolher os factos’. Com que direito? Em nome de que princípios? (...)Um historiador que recusa pensar o facto humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses factos, como se os factos não fossem em nada fabricados por ele, como se não tivessem sido minimamente escolhidos por ele, previamente, em todos os sentidos da palavra escolhido (e não podem ser escolhidos senão por ele) - é um auxiliar técnico. Que pode ser excelente. Não é um historiador. (FEBVRE, 1989, p. 120).

Assim, para Febvre, a história deve possuir, necessariamente, um carácter subjetivo, uma vez que os fatos históricos não possuem vida própria, são mortos. Diz ele que a reconstrução do passado com tais fatos exige uma intervenção ativa, constante e perpétua do historiador. (1995, p.134). Para criticar a obsessão dos historiadores positivistas com a história política, Febvre direciona a sua verve para um dos livros de Charles Seignobos, alvo principal das críticas da Nova História que nascia. O livro de Seignobos, que pretendia apresentar ao público francês uma história da Rússia, é assim avaliado por Febvre (1989, p.78):

De facto, não temos uma História da Rússia. Temos um Manual da história política da Rússia, de 1682 a 1932 (...). Ora, abro a História da Rússia: czares grotescos, saídos do *Ubu Roi*; tragédias de palácio; ministros concussionários; burocratas-tagarelas; (...) Mas a vida forte, original e profunda daquele país; a vida da floresta e da estepe, o fluxo e refluxo das populações móveis; (...) o nascimento das cidades, a sua origem, o seu desenvolvimento, as suas instituições, os seus caracteres; (...) Sobre tudo isso, que surge diante de mim como pontos de interrogação, sobre tudo isso que é para mim a própria história da Rússia: quase nada, nessas 1400 páginas. (...) A História é o que não encontro nesta História da Rússia, que por isso nasce morta.

A necessidade do historiador buscar outras fontes que não apenas os documentos oficiais também faz-se presente: (FEBVRE, 1989, p.91)

...uma das formas de escolha da atividade histórica consiste em multiplicar os seus elementos, em descobrir que, quando não se tem textos, se pode aproveitar muito do estudo profundo de nomes de lugares; ou da análise comparativa de certos grupos de palavras; ou ainda da distinção dos tipos de sepultura, da expansão de um modo de construção, da separação dos nomes de santos usados pelas igrejas, de ritos religiosos, de fórmulas jurídicas, de cerimônias ou de usos, que mais sei eu? Esforçar-se por ser activo diante do desconhecido. Suprir e substituir e completar: trabalho próprio do historiador.

Esta primeira fase da Escola dos *Annales* vai até o ano de 1945, quando chega ao fim a 2ª Guerra Mundial. Neste momento, a Europa passa por um grande processo de transformação, em todas as áreas, e os *Annales* também não poderiam ser os mesmos de antes

da guerra. Primeiro, pelo triste fim de Marc Bloch, fuzilado em 1944 por ter feito parte da Resistência francesa à invasão da Alemanha nazista. Mas talvez o principal motivo para uma mudança de rumo na Escola dos *Annales* tenha sido o fato de que a historiografia positivista já não representava uma ameaça. Havia desaparecido entre os escombros da guerra. Não havia mais a necessidade de se fazer uma luta combativa, uma guerra de guerrilhas. O inimigo estava morto. Era hora de se consolidar a *Nouvelle Histoire*, fincar suas raízes, estabelecer um novo padrão. A Escola dos *Annales*, então, entra em uma nova fase, a chamada segunda geração. Surgia em cena Fernand Braudel.

3.FERNAND BRAUDEL E A HISTÓRIA DE LONGA DURAÇÃO

Entre as mudanças ocorridas após o final da 2ª Guerra Mundial está o amplo desenvolvimento das ciências sociais. A estatística, a sociologia, a demografia, a psicologia, a antropologia, entre outras, destacam-se no meio acadêmico, aumentando sensivelmente o número de professores e centros de pesquisa em ciências sociais. Este avanço torna-se uma ameaça para a história, alterando, a partir daí, o discurso do historiador. É o que afirma François Dosse (2003, p.157):

Esta pressão das ciências sociais sobre a história torna-se, então, muito forte e vai influir, de maneira decisiva, no discurso do historiador, portanto, no discurso dos *Annales*, o mais sensível aos questionamentos oriundos das disciplinas vizinhas. O perigo é vivido pelos historiadores até nas suas relações com o grande público, pois as ciências sociais abarcam as grandes tiragens e monopolizam os grandes eventos intelectuais.

As Ciências sociais pareciam estar mais preparadas para dar as respostas exigidas por uma sociedade em constante transformação e, mais grave ainda, a história passa a ser alvo de uma nova escola, o estruturalismo, que se define pelo seu anti-historicismo e terá em Claude Levi-Strauss um forte opositor da história. (DOSSE, 2003, p. 159). É Fernand Braudel quem vai salvar a história dos ataques estruturalistas, através de uma mudança na própria linha de pesquisas históricas.

Fernand Braudel estudou história na Sorbonne e lecionou de 1923 a 1932 na Argélia. Tinha vinte e sete anos quando os *Annales* foram criados, em 1929. Durante este período no país africano, iniciou a elaboração de sua tese, que então tinha objetivos mais próximos da

história tradicional, uma vez que seu objeto era a análise da política externa do Rei Felipe II no Mar Mediterrâneo. Em 1935 é obrigado a interromper sua pesquisa para lecionar no Brasil, contratado pela Universidade de São Paulo, onde vai viver o período mais feliz de sua vida, de acordo com o próprio Braudel. (BURKE, 1997, p.46). Ao retornar do Brasil, em 1937, conhece Lucien Febvre, que identifica em Braudel um herdeiro intelectual e passa a influenciar decisivamente em sua carreira. Febvre convence o novo pupilo a alterar a inverter o título de sua tese. Se antes era ‘Felipe II e o Mediterrâneo’, passa a ser ‘O Mediterrâneo e Felipe II’. Essa mudança é significativa pois introduz Braudel nos ideais dos *Annales*, uma vez que a política, objeto principal da tese anterior, é alterada pela preocupação com a geografia. O advento da 2ª Guerra Mundial será, curiosamente, vantajosa para Braudel. Mantido preso durante boa parte do evento, ele terá tempo para produzir a tese e aprofundar suas ideias sobre o tempo e o passado, que iriam modificar a forma de se pesquisar os fatos históricos e garantir a ela, a história, uma forma de se defender dos ataques estruturalistas. A tese de Braudel, neste aspecto, é um cartão de visitas. Publicada posteriormente com o título de ‘O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II’, ela é dividida em três partes, cada uma delas com uma abordagem diferente do passado. Braudel explica assim essa divisão (1992, p. 21):

This book is divided into three parts, each of which is itself an essay in general explanation. The first part is devoted to a history whose passage is almost imperceptible, that of man in his relationship to the environment, a history in which all change is slow, a history of constant repetition, ever-recurring cycles. (...) On a different level from the first there can be distinguished another history, this time with slow but perceptible rhythms. If the expression had not been diverted from its full meaning, one could call it social history, the history of groups and groupings. (...) Lastly, the third part gives a hearing to traditional history - history, one might say, on the scale not of man, but of individual men (...) that is, the history of events: surface disturbances, crests of foam that the tides of history carry on their strong backs. A history of brief, rapid, nervous fluctuations, by definition ultra-sensitive; the least tremor sets all its antennae quivering.

Para Braudel, portanto, a história pode ser dividida em três diferentes planos. Nas palavras de Ricardo Marcelo Fonseca, (2012, p.78) “... um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual, ou se se preferir, em história estrutural, conjuntural e factual”. O tempo individual, correspondente à história factual, é simbolizado pelos eventos políticos. Aqui, as oscilações são mais frequentes, mais breves, mas retratam uma realidade apenas superficial. Para ele, os eventos políticos e diplomáticos são como as espumas das ondas, levadas pela força da maré. A história não pode contentar-se com esta visão superficial. Como

diz Burke (1997, p.48), “...para compreender a história é necessário saber mergulhar sob as ondas”. O tempo social, ou história conjuntural relaciona-se com a história das estruturas sociais e econômicas. As modificações nesta história das estruturas ocorrem de forma mais lenta, muitas vezes só são percebidas séculos depois, por gerações posteriores. Esta história das estruturas, portanto, já permite um ‘mergulho sob as ondas’, mas não é a história definitiva. Para além das estruturas, existe ainda uma outra história, quase imóvel, que é aquela que ocorre em função da relação do homem com o meio ambiente. É o tempo geográfico, típico de uma história estrutural. Braudel chamava essa história de geo-história, é aquela influenciada pelas características geográficas, sendo, conseqüentemente, uma história de longuíssima duração.

É exatamente através da defesa dessa geo-história, dessa história de longa duração que Braudel vai combater os argumentos estruturalistas, que colocavam o estudo da história em xeque, uma vez que “...para os estruturalistas, as manifestações passadas da estrutura não formam as do presente. O estudo diacrônico da sociedade – a explicação genética, a sucessão do tempo, a passagem do passado ao presente – foi substituído por uma análise sincrônica do presente”. (REIS, 1994, p.60). O ataque estruturalista à história foi liderado, entre outros, por Claude Lévi-Strauss, para quem a história seria uma excelente carreira, desde que ao final se saísse dela. (GEERTZ, 2001, p.112). O que os estruturalistas buscavam era uma relação independente do tempo histórico, a formação de uma estrutura inconsciente, invisível, que pressupõe um homem eterno como objeto. A existência desta estrutura é simbolizada por Lévi-Strauss através de uma frase formulada por Karl Marx, em que o filósofo alemão afirma que os homens fazem a história, mas não têm consciência de que a fazem. (LÉVI-STRAUSS, 1958, p.31). Isso permitiria a análise da estrutura social através de leis gerais e abstratas, que caminham do contingente ao necessário, do particular ao universal. Para Lévi-Strauss (1958, p.32), a história e a antropologia social podiam ser representadas pela figura do Deus Jano, pois caminhariam na mesma direção, porém, com uma importante distinção: enquanto o etnólogo olha pra frente, o historiador olha pra trás.

Il serait donc inexact de dire que, sur la route de la connaissance de l'homme qui va de l'étude des contenus conscients à celle des formes inconscientes, l'historien et l'ethnologue cheminent dans des directions inverses : ils vont tous deux dans le même sens. Que le déplacement qu'ils effectuent de concert leur apparaisse à chacun sous des modalités différentes — passage, pour l'historien, de l'explicite à l'implicite, pour l'ethnologue, du particulier à l'universel, — ne change rien à l'identité de la démarche fondamentale. Mais, sur un chemin où ils font, dans le même sens, le même parcours, leur orientation seule est différente : l'ethnologue marche en avant, cherchant à

atteindre, à travers un conscient qu'il n'ignore jamais, toujours plus d'inconscient vers quoi il se dirige ; tandis que l'historien avance, pour ainsi dire, à reculons, gardant les yeux fixés sur les activités concrètes et particulières, dont il ne s'éloigne que pour les envisager sous une perspective plus riche et plus complète. Véritable Janus à deux fronts, c'est, en tout cas, la solidarité des deux disciplines qui permet de conserver sous les yeux la totalité du parcours.

François Dosse (2003, p.161), com propriedade, afirma que Lévi-Strauss retoma um conceito até então esquecido, a existência de uma natureza humana a-histórica e intemporal: Para ele, “... a ambição de Claude Lévi-Strauss, correlativa à sua empresa de ‘des-historização’ situa-se no plano da descoberta do modo de funcionamento do espírito humano, verdadeira invariante, permanência humana para além de toda diversidade de épocas ou de espaços”.

Braudel, contudo, vai contestar este pensamento estruturalista – principalmente o de Lévi-Strauss, afirmando que nenhum estudo social pode escapar ao tempo histórico. A abstração estruturalista, que exigia uma parada instantânea no tempo, era completamente impossível. Para ele, “...o tempo histórico é imperioso, inescapável”. (REIS, 1994, p.64). Para combater Lévi-Strauss, Braudel utiliza-se da geo-história e afirma que a longa duração condiciona até as estruturas mais imutáveis. De certa forma, ele condiciona a validade da antropologia estrutural de Lévi-Strauss à relação desta com a história, com a longa duração: “Tentei mostrar, não ousou dizer demonstrar, que toda a nova pesquisa de Claude Lévi-Strauss – comunicação e matemáticas sociais misturadas – só é coroada de êxito quando seus modelos navegam nas águas da longa duração”. (BRAUDEL, 1978, p.107). Com essa manobra, Braudel pretende trazer a história de volta do limbo para onde o estruturalismo queria lançá-la. Pois se a própria antropologia estrutural necessita da análise da longa duração, ela também precisa da história, pois é esta última quem melhor pode estudar este novo conceito de tempo.

François Dosse (2003, p.171) entende que Braudel também adota uma teoria estruturalista, mas com um significado diferente daquele utilizado por Lévi-Strauss, fundamentado no universal e no inconsciente. Já a teoria braudeliana seria coerente com um estruturalismo mais concreto, observável, uma espécie de estrutura temporal. O próprio Braudel (1984, p. 625) afirma:

Por temperamento, sou ‘estruturalista’, pouco solicitado pelo acontecimento, e apenas em parte pela conjuntura, esse agrupamento de acontecimentos com o mesmo nível. Mas o ‘estruturalismo’ de um historiador nada tem a ver com a problemática que atormenta, sob o mesmo nome, as outras ciências do homem. Não o dirige para a abstração matemática das relações que se

exprimem em funções. Mas para as próprias fontes da vida, naquilo que ela tem de mais concreto, de mais cotidiano, de mais indestrutível, de mais anonimamente humano.

Mais do que isso, é importante lembrar que o estruturalismo de Braudel baseia-se não apenas na ideia de longa duração, mas também na pluralidade do tempo:

A resposta de Fernand Braudel a Claude Lévi-Strauss e às ciências sociais em geral não se limita a opor-lhes a longa duração como estrutura, mas consiste em pluralizar o temporal. Já elaborada na tese de 1949, essa pluralização é teorizada como modelo em 1958. O tempo se decompõe em muitos ritmos heterogêneos que quebram a unidade da duração. O tempo torna-se qualitativo para adquirir inteligibilidade nova em diversos níveis. A arquitetura braudeliana se articula em torno de três temporalidades diferentes, três patamares diferentes: o factual, o tempo conjuntural, cíclico e enfim, a longa duração. Pode-se distinguir assim estágios diferentes do tempo e os descompassos entre as diversas temporalidades. (DOSSE, 2003, p.172)

Como afirma José Carlos Reis (2000b, p.18), esta forma plural de encarar o tempo histórico funciona como uma espécie de dialética da duração, através do qual os eventos são inseridos em uma ordem não sucessiva, mas sim simultânea. A relação diferencial entre passado, presente e futuro enfraquece-se, isto é, a representação sucessiva do tempo histórico é enquadrada por uma representação simultânea. As mudanças humanas endurecem-se, desaceleram-se. A dialética da duração permite que a história controle a mudança, sem precisar aboli-la. À estrutura atemporal de Lévi-Strauss, isto é, sem mudanças significativas, Braudel apresenta uma mudança enquadrada pela história, pela dialética da duração.

A teoria de Braudel, o seu combate à antropologia estruturalista e a consolidação do território do historiador fizeram dele um dos mais importantes historiadores da segunda metade do século XX. Seu talento foi precocemente identificado por Lucien Febvre, que não tardou em considerá-lo seu sucessor na Escola dos *Annales*, fato que se tornou realidade a partir de 1956, com a morte de Febvre. A importância de Braudel para os *Annales* é assim descrita por François Dosse (2003, p.197):

Por ocasião do cinquentenário da revista dos *Annales* no ano de 1979, em Estrasburgo, Fernand Braudel, ao evocar os pais fundadores, definia, da seguinte maneira, a divisão dos papéis entre eles: Marc Bloch era o ‘chefe do Estado-Maior’ e Lucien Febvre, o ministro das Relações Exteriores. O que não acrescentava, era o fato de que ele mesmo fora sozinho um e outro, ao assumir essa dupla paternidade, essa dupla herança para dar-lhe o máximo de difusão e consolidar suas posições teóricas e institucionais.

Braudel, assim, foi o principal nome da segunda fase dos *Annales*, quando a escola se consolidou e fixou seus alicerces no meio acadêmico. Entre 1950 e 1970 o pensamento braudeliano foi base da historiografia francesa e, logicamente, da Escola dos *Annales*. Mas a partir da década de 70, uma nova tendência iria transformar a escola, tendência esta que pode ser sintetizada na revalorização de alguns temas que eram importantes à época de Bloch e Febvre, mas que foram desprestigiados por Braudel, especialmente a história das mentalidades. Mais ainda, um retorno a assuntos que foram abandonados desde a época de Bloch e Febvre, como a política, a biografia e valorização dos eventos de curta duração. Iniciava-se a terceira geração dos *Annales*.

4. A TERCEIRA GERAÇÃO: HISTÓRIA EM MIGALHAS

Se por um lado é inegável que Braudel foi extremamente importante para o desenvolvimento da história durante o século XX, por outro lado também é certo que seu modelo não era completo, possuindo algumas lacunas que, a partir da década de setenta, começariam a ser preenchidas por jovens historiadores como Jacques Le Goff, Marc Ferro, Jacques Revel, Le Roy Ladurie e Georges Duby. Porém, nenhum deles pode ser considerado símbolo desta terceira geração, pelo menos não com a mesma autoridade que Bloch e Febvre ou Braudel simbolizam a primeira e a segunda geração dos *Annales*, respectivamente. Também não é tarefa fácil delimitar com exatidão o perfil desta nova geração, dado o policentrismo que tomou conta da escola a partir deste período: “Vários membros do grupo levaram mais adiante o projeto de Febvre (...). Outros solaparam o projeto pelo retorno à história política e à dos eventos. Alguns continuaram a praticar história quantitativa, outros reagiram contra ela”. (BURKE, 1997, P.79). Essa pulverização de objetivos será considerada por alguns autores, como por exemplo François Dosse, uma traição aos ideais da Escola:

Os historiadores dos *Annales*, para resistir ao novo assalto das ciências sociais, renunciam, então à sua vocação de síntese, entregam as armas e pensam em termos de novos recortes disciplinares provisórios a partir das diversas práticas e dos diversos objetos históricos (...). Nessa nova configuração do campo das ciências sociais, o historiador perde sua batuta de maestro da orquestra para tornar-se um mineiro que traz os materiais a serem estudados pelas outras ciências sociais. (DOSSE, 2003, p.373)

Para Dosse, estes historiadores destruíram a essência global da história – herança dos fundadores da escola, especialmente Braudel – e a substituíram por uma ‘história em migalhas’. Afirma ele:

A fissura interna maior que atravessa o discurso dos *Annales* opõe os adeptos de uma história em migalhas, de uma história alinhada a cada um dos procedimentos das ciências sociais e os adeptos de uma história total, enriquecida com a contribuição das ciências sociais mas preservadora da base histórica e de ambição globalizante. (DOSSE, 2003, p.379).

Para José Carlos Reis, esta passagem de uma história total para uma história fragmentada é correspondente ao advento do pós-estruturalismo. Antes, a história total fundamentava-se no iluminismo, logo, pretendia ser universalista. Mas o pós-estruturalismo chega para derrubar essas pretensões, afirmando a completa impossibilidade de uma história totalizante: “A subjetividade pós-estrutural é antípoda da subjetividade modernista: fragmentada e descentrada, marcada por diferenças e tensões, contradições, ambiguidades, pluralidade, nem sonha mais com a unificação”. (REIS, 2000a, p.183) François Dosse, aliás, não hesitará em apontar Michel Foucault como um dos responsáveis pela fragmentação da história. (2003, p.339). De fato, Foucault irá criar a chamada teoria da descontinuidade, onde a continuidade narrativa, antes objetivo da história, é substituída pela descontinuidade, que permite a distinção de diferentes níveis de análise, periodizações e métodos. Diz Foucault (2008, p.4):

Sob as grandes continuidades do pensamento, sob as manifestações maciças e homogêneas de um espírito ou de uma mentalidade coletiva, sob o devir obstinado de uma ciência que luta apaixonadamente por existir e por se aperfeiçoar desde seu começo, sob a persistência de um gênero, de uma forma, de uma disciplina, de uma atividade teórica, procura-se agora detectar a incidência das interrupções, cuja posição e natureza são, aliás, bastante diversas.

A Escola dos *Annales* sentiu o peso destas novas exigências do presente e se transformou. A partir da década de 70 não se quer mais elaborar uma síntese total da história, à la braudel, mas simplesmente ampliar o campo de atuação, multiplicar seus objetos⁷. A dialética da duração não é abandonada, mas sim inserida em uma história recortada por novos objetos de

⁷ De acordo com Peter Burke, a terceira geração inova não só na multiplicação dos objetos de pesquisa, mas também na inclusão de mulheres entre os membros da Escola. Christiane Klapisch, Arlette Farge, Mona Ozouf e Michele Perrot são exemplos desta inclusão. Cf. BURKE, Peter. **A escola dos *Annales*: a Revolução Francesa da historiografia**. Op. Cit., p.79.

pesquisa. Neste sentido, novas alianças são feitas: com a linguística, com a literatura, com a psicanálise e, sobretudo, com a antropologia. A aliança da história com a Antropologia é assim descrita por Jacques Revel (2009, p.102):

...hoje a lição da antropologia conduz os historiadores a não se encerrarem na singularidade, a fazerem da comparação o fundamento de uma generalização possível. Portanto, a situação atual não é inteiramente inédita. Mas, além de ela proporcionar à instância do cultural uma amplitude que não encontra paralelo na longa história da historiografia, além de ela converter a instância em tema com uma insistência particular, ela parece impor uma releitura a partir do(s) ponto(s) de vista que ela propõe ao conjunto das realidades políticas, sociais e econômicas que os historiadores tradicionalmente analisam. Daí a multiplicação e, sobretudo, a diversificação dos objetos que a partir de então entram em seu repertório.

A relação com a antropologia traz consigo uma maior preocupação dos *Annales* com a questão cultural, que será tema de variadas pesquisas. Entre estes novos temas de pesquisa, destaca-se o renascimento da história das mentalidades, ou seja história do "...nível inconsciente das práticas sociais, o pensamento coletivo e automático de uma época ou de um grupo social". (DOSSE, 2003, p. 255). A história das mentalidades já era uma preocupação dos fundadores Febvre e Bloch, mas foi pouco valorizada durante a era Braudel. Ronaldo Vainfas (1997, p.134) afirma que "... não obstante Braudel tenha fornecido valiosos instrumentos teóricos para os futuros historiadores das mentalidades, a era Braudel foi em tudo avessa ao estudo do mental". Para Vainfas, Braudel sempre trabalhou a história em termos de relação com a geografia, com o tempo de longuíssima duração, dando pouca atenção aos usos e costumes das sociedades estudadas. Este retorno às mentalidades terá em Georges Duby um dos seus maiores entusiastas. Para ele, a terceira geração dos *Annales* nada mais fez do que retomar um objeto de estudo valorizado por um dos fundadores do movimento:

Febvre, com maior insistência, apelava à escrita de uma história das sensibilidades, dos odores, dos medos, dos sistemas de valores, e o seu Rabelais mostrava de forma soberba que cada época constrói a sua própria visão de mundo, que as maneiras de sentir e de pensar variam com o tempo e que, por consequência, ao historiador é pedido que se defenda tanto quanto possível das suas, sob pena de não compreender nada. Febvre propunha-nos um novo objeto de estudo, as 'mentalidades'. Era o termo que ele empregava. Nós retomámo-lo. (DUBY, 1992, p.79)

François Dosse, crítico feroz desta geração, considera que esta ênfase na questão cultural é resultado da influência dos meios de comunicação de massa, que impõem uma determinada história cultural, tornando o homem um indivíduo passivo, sem participação social, preocupado apenas com sua própria vida particular. A fragmentação social leva a um individualismo, à exaltação do cada um por si. Para Dosse (2003, p.266), "...encontramos na escola dos *Annales* um belo exemplo de adaptação a essa sociedade dos meios de comunicação de massa. Ela se instala como moda cultural, ao apresentar uma história em migalhas em uma sociedade cada vez mais fragmentada".

Mas a análise das mentalidades não é o único retorno trazido pela nova fase dos *Annales*. No afã de ampliar o alcance da história, vencer antigas barreiras, atravessar fronteiras antes bloqueadas, a nova história, no entendimento de Jacques Le Goff (2005, p.9), permite uma série de voltas, como "... a volta do acontecimento, a mais espetacular; a volta da história-narrativa, a mais polêmica; a volta da biografia, aparentemente a mais consensual; a volta da história política, a mais considerável". Deve-se ressaltar, porém, que essa retomada não significa que estes temas serão estudados daquela mesma forma feita pelos membros da escola metódica. A dialética da duração não será esquecida, pelo contrário, funcionará de base para este estudo. Segundo Michel Vovelle (2005, p.90), a história irá do porão ao sótão:

Do porão ao sótão: esse poderia ser o tema do rápido exame que poderíamos propor, na perspectiva precisa dos triunfos do tempo longo. O tempo das histórias que, para simplificar, chamaremos de 'clássicas' modificou-se: a própria história política em mais de um ponto, abandona a trama dos acontecimentos para formular os problemas que só se concebem na duração, essencialmente o do Estado, estrutura englobante que não se confunde com as realidades acadêmicas que a antiga história das instituições, catálogo petrificado em suas categorias, analisava.

A história política, assim, também possui um tempo curto, que seria a narrativa política tradicional. Um tempo médio, que analisaria as tendências políticas de uma geração, suas crises, idas e vindas. E, finalmente, um tempo longo, uma história política quase imóvel, uma antropologia das estruturas de poder de longa duração. José Carlos Reis (1994, p.14), referindo-se ao pensamento de Jacques Le Goff lembra que este retorno da análise do evento político e biográfico explica-se pelo fato de que após tanto tempo analisando a longuíssima duração, os historiadores encontravam-se saciados de abstrato e famintos de concreto, em busca do homem, do personagem principal de uma história particular. Para Peter Burke, este retorno à política não deixa de ser uma reação contra Braudel, uma valorização da ação, em

oposição à estrutura. Mas Burke ressalta que esta política que renasce é uma política influenciada pela ideia de poder criada por Foucault: "Graças a Foucault, esse retorno se estendeu à micropolítica, a luta pelo poder no interior da família, da escola, das fabricas, etc. (BURKE, 1997, p.103).

5. OS *ANNALES* E A HISTÓRIA DO DIREITO

Em seu desejo de aproximar a história das outras ciências sociais, Lucien Febvre afirmou (1989, p.32): "Historiadores, sejam geógrafos. Sejam juristas também, e sociólogos, e psicólogos". De fato, os historiadores foram geógrafos, sociólogos e psicólogos, mas certamente pouquíssimos aventuraram-se pela seara jurídica. Uma das prováveis razões para este distanciamento é o fato de que o direito sempre esteve diretamente vinculado ao exercício do poder, sendo facilmente confundido com a própria política. Ora, uma vez que o objetivo das primeiras gerações dos *Annales* era exatamente o distanciamento da história política, deu-se, por consequência, certa aversão à história do direito. Outro fator para este distanciamento pode ser encontrado na própria questão da dialética da duração. De um modo geral, o direito preocupa-se com o evento, como por exemplo a elaboração de uma nova lei ou a criação de um novo instituto jurídico, fenômenos identificados com a curta duração. A história de longa duração, ligada às estruturas, praticamente é ignorada pelos juristas. Por fim, uma terceira razão para o afastamento dos historiadores dos *Annales* de uma história do direito é a própria separação entre fato e norma, tão cara aos juristas tradicionais. O positivismo jurídico vinculou de forma definitiva o direito à norma, relegando o fato – e também o valor – a uma posição secundária dentro da cientificidade do direito. Os historiadores do direito, assim, deixam de lado a busca pelos fatos históricos, reduzindo a pesquisa às leis e demais regras de comportamento. É claro que isto iria afastar o direito dos objetos de investigação dos *Annales*. Entretanto, como afirma Ricardo Marcelo Fonseca (2012, p.84):

...se tal divórcio tem uma explicação, não tem razão de ser. Mais do que isto: esta incompatibilidade, percebida a princípio, não pode e não deve implicar numa antipatia perene, já que um namoro entre a disciplina que se ocupa especificamente do passado jurídico e a metodologia dos *Annales* é efetivamente possível.

Esta realidade começa a se transformar a partir da terceira geração dos *Annales* que, como visto, dá uma nova feição à história política, abrindo caminho para uma nova fase da história do direito, permitindo a formação de uma historiografia jurídica mais coerente com a ideologia dos *Annales*. Forma-se a partir daí uma história do direito com discurso crítico, em oposição àquela anterior, fundamentada em um discurso legitimador. Conforme os ensinamentos de Hespanha (2009) o discurso legitimador é aquele que utiliza a pesquisa histórica para legitimar o direito estabelecido, seja porque este direito atual é identificado com as antigas tradições culturais da comunidade (matriz tradicionalista), seja porque o direito atual é o apogeu do passado, dentro de uma duvidosa evolução linear da sociedade (matriz progressista). Já o discurso crítico, pretende, pelo contrário, pretende utilizar a pesquisa histórica não como uma forma de legitimar o direito vigente, mas sim problematizá-lo, dentro de uma análise crítica que se recusa a aceitar que este direito é o resultado final de um processo evolutivo racional, mas sim um retrato provisório e contingencial, da mesma forma que todos os outros períodos jurídicos da história. Assim, como resume Ricardo Marcelo Fonseca (2012, p.88), “... a Escola de ‘*Annales*’ tem muito a dialogar com o historiador do direito (e a recíproca também é verdadeira), na busca e construção de novos domínios de investigação, novos instrumentos de pesquisa e na detecção de novos problemas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de tudo o que foi exposto, fica bastante evidente a importância da pesquisa histórica para a compreensão do fenômeno jurídico. Mas não uma pesquisa histórica feita de forma a contar o processo de evolução do direito, mas sim, pelo contrário, uma pesquisa histórica que possa problematizar o direito vigente. Essa história crítica, portanto, exige do historiador do direito um intenso trabalho de contextualização, que permita uma melhor compreensão de todos os fatores sociais que influenciaram determinado acontecimento jurídico, afinal, “... o direito existe sempre em sociedade” (HESPANHA, 2009, p.21). Esta valorização do contexto social, herança direta dos ideais defendidos pelos *Annales*, exige do profissional que se dedica à história do direito que ele vá além da mera análise da legislação. Para contar a história do direito na antiga Mesopotâmia, não basta anexar aos livros de história do direito as regras presentes no Código de Hammurabi. É preciso analisar também os diversos contextos que cercam essa legislação, é preciso mostrar ao aluno a cultura, a estrutura social, as convicções religiosas que faziam parte daquela sociedade. É preciso

superar a ideia de que o direito resume-se à lei, trazer para o mundo jurídico as demais disciplinas, como a geografia, a antropologia e a psicologia, assim como fez a Escola dos *Annales* em relação à história.

Assim, aqueles que desejarem dedicar a vida profissional à pesquisa histórica do fenômeno jurídico, devem seguir a trilha deixada por Febvre, Bloch, Braudel, Le Goff, entre tantos outros, e lembrar que:

- a) O trabalho do historiador não deve se resumir a uma mera descrição das legislações criadas pelos antigos. A investigação não deve ser puramente objetiva, não basta recuperar o passado. É preciso problematizá-lo, construir hipóteses, estabelecer relações causais, ou seja, o historiador precisa participar de forma ativa durante todo o processo.
- b) Para problematizar o passado, é preciso sair da superfície, é necessário, portanto, ir além da legislação. O historiador precisa estar atento à dialética da duração e procurar as raízes daquele fenômeno jurídico, fato que só será bem sucedido se a pesquisa não se ater à superfície e aprofundar-se nos diversos elementos de contextualização daquela sociedade, seus valores, sua cultura, sua mentalidade.
- c) A pesquisa histórica do direito precisa encontrar outras fontes que não apenas a lei, ou qualquer outro documento escrito, oficial. O direito também está nas pessoas, nos documentos não oficiais, no comportamento humano, na moral, na religião, enfim, nos poderes periféricos que fundamentam uma sociedade qualquer.

Para concluir, é importante lembrar as sábias palavras de Antônio Carlos Wolkmer (1995, p.67):

Certamente que a meta é alcançar uma nova compreensão historicista que rompa com o culturalismo elitista e o dogmatismo positivista, permitindo que as múltiplas e diversas disciplinas históricas do Direito (História do Direito, História das Ideias e/ou do Pensamento Jurídico, História das Instituições) deixem de ter um sentido apologético e ilusório da ordem tradicional dominante, adquirindo um sentido desmistificador e libertário. Libertador da verdade engendrada pela prática social e sintonizado com o "dever histórico" radicado na realização humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J.;CHARTIER, R.; REVEL, J.(org.). A história nova. 5ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BLOCH, Marc. Apologia da História: ou o ofício do historiador. Prefácio de Jacques Le Goff. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. A sociedade feudal. 2.ed. Tradução de Liz Silva. Lisboa: Edições 70, 2001.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. Tradução de J.Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II. Vol. 2. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

_____. The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II. Vol. 1. Translated by Siân Reynolds. London: Harper Collins, 1992.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos Annales à Nova História. Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: EDUSC, 2003.

DUBY, Georges. A história continua. Tradução de Ana Cristina Leonardo. Porto: Asa, 1992.

FEBVRE, Lucien. A Europa: gênese de uma civilização. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2004, p. 319.

_____. Combates pela história. 3.ed. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

_____. Michelet e a renascença. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1995, p.134

FERRO, MARC. A história vigiada. Tradução de Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Introdução teórica à história do direito. 3ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HESPANHA, Antônio Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. Sobre história. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

LE GOFF, Jacques. Prefácio à nova edição. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J.(org.). A história nova. 5ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Anthropologie structurale. Paris: Plon, 1958.

REIS, José Carlos. Da história global à história em migalhas: o que se ganha, o que se perde? In: GUAZZELLI et al. (org.). Questões de teoria e metodologia da história. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. Escola dos Annales: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

REVEL, Jacques. Proposições: ensaios de história e historiografia. Tradução de Claudia O'Connor dos Reis. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

RICOEUR, Paul. História e verdade. Tradução de F.A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. 7ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J.(org.). A história nova. 5ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOLKMER, Antônio Carlos. Paradigmas, historiografia crítica e direito moderno. Revista da Faculdade de Direito da UFPR. v.28, (1995). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, p. 55-67.